



**PAUTA
PARA A 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO
ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA
EM 05 DE FEVEREIRO DE 2019**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 2, de 2019, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Declara de utilidade pública o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI, com sede na Capital.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SE 1, de 17 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a Prioridade de Atendimento aos Alunos, por docentes designados e atuando em programas/projetos da pasta, nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do artigo 8º do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 725, de 2018, de autoria do deputado Welton Gasparini. Denomina "Professora Maria Aparecida Giovannetti Lisboa" a Escola Estadual Esplanada da Estação, em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 726, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Denomina "Miguel Belmonte Martinez" o viaduto localizado no km 1 da Rodovia Astrônomo Jean Nicolini - SP 127/304, em Nova Odessa.

3 - Projeto de lei nº 727, de 2018, de autoria das deputadas Ana do Carmo e Márcia Lia. Cria o Observatório do Parlamento Paulista da Política Estadual para a Mediação dos Conflitos Fundiários no Estado.

4 - Projeto de lei nº 728, de 2018, de autoria da deputada Célia Leão. Denomina "EE Tenista Maria Esther Andion Bueno" a Escola Estadual "EE Jardim Rossin", em Campinas.

5 - Projeto de lei nº 729, de 2018, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Inclui no Calendário Oficial do Estado a Semana da Páscoa do Cordeiro.

6 - Projeto de lei nº 730, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a cassação da inscrição estadual de empresas que provoquem maus-tratos a animais.

7 - Projeto de lei nº 731, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Isenta do pagamento de taxas a confecção e emissão de segunda via de documentos de identificação pessoal que tenham sido roubados ou furtados, cuja expedição seja atribuição de órgão ou ente público estadual.

8 - Projeto de lei nº 732, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a disponibilização de pagamento por cartão magnético de débito ou crédito nas praças de pedágio do Estado.

9 - Projeto de lei nº 733, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o Programa de Fomento à Literatura de Cordel nas Escolas.

10 - Projeto de lei nº 734, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a adesivagem da mensagem socioeducativa "Se beber, não dirija" nos táxis e pontos de táxis do Estado.

11 - Projeto de lei nº 735, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Política Estadual de Prevenção às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

12 - Projeto de lei nº 736, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Estabelece normas para o atendimento emergencial pelas equipes de socorro e

de remoção do Corpo de Bombeiros do Estado e do Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU quanto à remoção dos pacientes para hospitais privados.

13 - Projeto de lei nº 737, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Estabelece medidas de coleta e de reciclagem de óleos de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos, no Estado.

14 - Projeto de lei nº 738, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a afixação, em hospitais, clínicas e laboratórios do Estado, de cartazes informativos sobre o dever legal de comunicação de casos de estupro e assédio sexual às autoridades competentes.

15 - Projeto de lei nº 739, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal no Município de Marília.

16 - Projeto de lei nº 740, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Proíbe a inquirição sobre religião e orientação sexual de candidatos em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.

17 - Projeto de lei nº 741, de 2018, de autoria dos deputados Teonilio Barba e Alencar Santana Braga. Institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas.

18 - Projeto de lei nº 742, de 2018, de autoria da deputada Marta Costa. Altera dispositivo da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para prever redução da alíquota dos veículos automotores híbridos flex no Estado.

19 - Projeto de lei nº 743, de 2018, de autoria do deputado Celino Cardoso. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Mairiporã EcoFest Adventure, naquele Município.

20 - Projeto de lei nº 744, de 2018, de autoria do deputado Marcos Damasio. Institui a Campanha de Conscientização e Estímulo à Doação de Sangue, Tecidos, Órgãos e outras Doações para Fins Humanitários (CEDOA).

21 - Projeto de lei nº 745, de 2018, de autoria do deputado Marcos Damasio. Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto

dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

22 - Projeto de lei nº 746, de 2018, de autoria do deputado Teonilio Barba. Torna gratuito o reconhecimento voluntário da paternidade perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

23 - Moção nº 72, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahn e outros. Manifesta protesto e repúdio à transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, anunciada pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro, porque representa uma violação à recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Direito Internacional e da autodeterminação do povo palestino, sendo assim contrária à Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 4º aponta esse direito entre os princípios que regem suas relações internacionais.

24 - Moção nº 73, de 2018, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela ao Sr. Presidente da República no sentido de que determine aos ministérios e demais órgãos federais competentes a imediata adoção de estudos e demais medidas que se fizerem necessárias visando à classificação de filtros, bloqueadores solares e similares, equiparados aos medicamentos, ao invés de cosméticos, para fins de tratamento tributário, a fim de tornar estes produtos acessíveis a todos.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 722, de 2018, de autoria do deputado Roberto Moraes. Denomina "Professora Wilsa Aparecida Gomes Vasconcellos" a Escola Estadual do Bairro Santo Antonio, em Piracicaba.

2 - Projeto de lei nº 723, de 2018, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a Associação da Orquestra de Violas Caipiras de Itapuí - AOVC, com sede naquele município.

3 - Moção nº 71, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Manifesta apoio ao Sr. Lincoln Gakiya, que integra o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público paulista e ao Sr. Roberto Medina, Coordenador Regional dos Presídios da Região Oeste do Estado de São Paulo (CROESTE), pelo valoroso trabalho que realizam no combate ao crime organizado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à inclusão das sociedades que especifica no Programa Estadual de Desestatização.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 887, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Declara de utilidade pública a "Associação Casa de Apoio Infantil Maria Augusta do Amaral Cesarino", em Jaú.

2 - Projeto de lei nº 317, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos dos Autistas de Piedade - AMAP", em Piedade.

3 - Projeto de lei nº 969, de 2017, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Dá a denominação de "Delegado de Polícia Dr. Evandro Evaldir de Assis Lima" à Delegacia de Polícia de Ribeirão Pires.

4 - Projeto de lei nº 997, de 2017, de autoria dos deputados Celso Nascimento e Chico Sardelli. Dá a denominação de "Tenente PM Ruytemberg Rocha" ao Vigésimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar do Interior (27º BPM/I), em Jaú.

5 - Projeto de lei nº 1085, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Berardinelli".

6 - Projeto de lei nº 1089, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Prevenção e Combate à automutilação".

7 - Projeto de lei nº 23, de 2018, de autoria do deputado Coronel Telhada. Institui o "Dia Estadual do Oficial da Reserva do Exército Brasileiro - Dia do Oficial R-2".

8 - Projeto de lei nº 200, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Walter Aipp - Fininho" à Delegacia de Polícia de Murutinga do Sul.

9 - Projeto de lei nº 272, de 2018, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "1º Sargento PM Aduino Feitosa da Silva" à sede do Destacamento da Polícia Militar, em Jambeiro.

10 - Projeto de lei nº 372, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Poliesportiva de Araras - APA", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 477, de 2018, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu", naquele Município.

12 - Moção nº 10, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Manifesta repúdio à gravíssima ação de depredação do parque gráfico do jornal O Globo, no Rio de Janeiro, perpetrada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que representa grave afronta ao povo brasileiro, que não tolera mais conviver com a impunidade.

13 - Moção nº 37, de 2018, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela ao Ministério da Saúde para que determine a imediata adoção das medidas necessárias visando à realização de amplas e permanentes Campanhas de Conscientização para Doação de Sangue, através de ações coordenadas com as Secretarias de Saúde (Estadual e Municipais), Entidades de Classe, Associações e Sociedade Civil organizada, com o objetivo de ampliar as doações de sangue em nosso Estado.